
A COLABORAÇÃO DOS ALUNOS

A IMPORTÂNCIA DAS LINHAS DE ELVAS PARA A INDEPENDÊNCIA NACIONAL (PARTE II)

Carlos Jorge Cid Figueira
Aspirante Aluno Artilharia

3.3. A Situação Logística

3.3.1. Pessoal

Antes de referir a constituição dos exércitos envolvidos na batalha das Linhas de Elvas, importa dar conta dos postos militares do exército português nas Campanhas da Restauração. Paulo Duarte (2003, p. 16) faz referência na sua obra aos postos militares, distinguindo-se o seguinte: “ *No século XVII, a organização militar moderna estava a emergir, com as suas capacidades de hierarquia, organização e conceitos de disciplina militar. Os comandos não resultavam na maioria das vezes de uma subida progressiva de posição de hierarquia militar, mas eram resultado de nomeações régias relacionadas com a hierarquia social coeva, exemplarmente demonstrável pela nomeação do Conde de Cantanhede, Governador de Armas da província do Alentejo, um cargo, que tinha tanto de político como de militar, segundo os padrões actuais, e lhe dava o comando militar supremo das forças militares da região, conquanto ele não tivesse tido a mínima experiência militar prática até essa altura. A lista que se segue é uma aproximação à ordenança dos postos militares da época: o Governador de Armas de Província – governa as forças armadas e os recursos de uma dada província; o Governador de Armas de Praça – assemelha-se ao cargo anterior, contudo, limitado ao governo de uma Praça de Armas; o General de Artilharia ou de Cavalaria – comandava uma das duas especialidades militares, as mais honrosas; o*

Mestre de Campo General – comandantes de terços. A distinção deve ser nominal, não de graduação; o Sargento-Mor – oficial subalterno, e colaborador do comandante do terço; o Capitão – oficiais que habitualmente mobilizavam as companhias que integravam um terço; o Alferes- adjunto e subalterno do capitão numa companhia”.

Quando a praça de Elvas foi alvo de cerco pelo exército castelhano, possuía uma guarnição muito insuficiente e delimitada, como afirma Vitoriano José César (1935, p. 12): “a cavalaria dispunha de cerca de 250 cavalos, formando 8 companhias. Na praça estava o trem de artilharia, as tendas, bastantes mantimentos e quase todos os recursos militares, que havia na província do Alentejo”. Desta forma, era necessário organizar um exército de socorro para fazer frente ao ataque castelhano.

O exército português era comandado pelo Governador de Armas do Alentejo, D. Luís António de Menezes (1603-1675), terceiro Conde de Cantanhede, Marquês de Marialva, nomeado em Novembro de 1658, Governador de Armas, equivalente, hoje, ao cargo de Comandante-em-Chefe. Chegou a Estremoz, 20 ou 24 de Novembro de 1658.

O Governador de Armas da Praça de Elvas era D. Sancho Manuel, Conde de Vila Flor, um comandante militar com muita experiência guerreira, filho de Capitão-Mor das naus da Índia. Fazia parte da nobreza intermédia que sustentou o Império Português em tantos campos de batalha pelos séculos XVI e XVII. Tinha combatido ao lado dos exércitos espanhóis em Itália e na Flandres, antes de embarcar para o Brasil em 1637. De regresso a Portugal, foi nomeado Governador de Armas da Beira e em 1658, foi nomeado Governador de Armas da Praça de Elvas, sendo este cargo de extremo relevo, uma vez que Elvas, do ponto vista estratégico, servia como base para entrada em Badajoz. Sendo um homem de grande confiança, tornou-se para a Rainha D. Luísa de Gusmão uma peça chave para defesa de Portugal aquando do cerco de Elvas e, posteriormente na Batalha das Linhas de Elvas.

André de Albuquerque de Ribafria, Mestre de Campo General ou Mestre de Campo (1621-1659, p. 68) “Homem e militar de grande experiência, com provas dadas durante toda a Guerra da Restauração” (Anais da Academia Portuguesa de História, 1954). “Com 25 anos, já comandava a cavalaria do exército no Alentejo” (João Vieira Borges, 2004). Em 1653, no combate em Arronches, derrotou uma força de cavalaria de 1400 homens, com apenas 900 soldados portugueses e cobre-se de glória face ao Duque de Ossuna

noutro combate de cavalaria travado aquando do cerco de Badajoz em 1658. Ainda nesse ano, é nomeado Governador de Armas do Alentejo Interinamente, devido à exoneração de João Mendes de Vasconcellos. Quando o Conde de Cantanhede chegou a Estremoz colocou-se nas mãos de André de Albuquerque referindo-lhe as seguintes palavras: (*“que muito esperava da sua inteligência e experiência militar, pois esta lhe faltava por não se haver criado na guerra”* Vitoriano José César 1935, p. 15), que adoçaram o ânimo de André de Albuquerque. Morreu no decurso da Batalha. Foi um oficial que sempre comandou, dando o exemplo e também pela vontade de vencer.

Podemos ainda referir outros vultos da História de Portugal assim como: Afonso Furtado de Mendonça, Comandante e General de Artilharia; Achim de Taméricourt e Dinis de Mello e Castro, comandantes e Tenentes-Generais de Cavalaria; General Diogo Gomes de Figueiredo e o Conde de Mesquitela, Comandantes da Infantaria, Mestres de Campo.

O exército português mobilizou para esta operação um efectivo de 10 000 homens, entre infantaria e cavalaria, 2 500 homens de tropas regulares de infantaria, 2 600 de auxiliares (milícias) ordenanças, 2 900 de cavalaria (incluindo 400 éguas), 7 peças de artilharia, 100 muares com munições e 2 000 cabeças de gado miúdo.

O exército castelhano comandado por D. Luiz Mendez de Haro (Conde Clonard 1853), Marquês de Carpio, sobrinho do primeiro Conde-Duque de Olivares e 1.º Ministro Castelhana. D. Luiz de Haro nunca foi um militar, mas sim um político. Limitava-se a acompanhar o Rei nas Campanhas da Catalunha. Não tinha experiência militar; para além disso, limitou-se sempre a ouvir a recomendação dos conselheiros que trouxera de Madrid, em vez de dar crédito aos conselhos de quem realmente tinha experiência militar e conhecia bem o terreno, como era o caso do Duque de San Gèrman. Comandante que nunca comandou, limitando-se apenas e sempre a dar ordens. Nunca participou no combate, entregando-o ao Duque de San Gèrman que se bateu enérgicamente. D. Francisco de Tuttavilla e del Tufo, Duque de San Gèrman, Governador de Armas da Estremadura (1608-1676). Homem e militar de grande experiência combateu na Catalunha, tendo sido empossado Governador de Armas da Estremadura em 1649. Cabe-lhe, à época, a defesa primordial da praça de Badajoz. Praça que defendeu com sucesso e grande perspicácia. Foi ferido na batalha das Linhas de Elvas e muitos autores afirmam mesmo ter perdido aí a vida.

Podemos referir também grandes figuras do lado Castelhana como Don Gaspar de La Cueva, comandante do Quartel do Marmelo; Duque de Ossuna, Comandante do Quartel da Cosena; Don Alonso Feijó, Comandante do Quartel de Nossa Senhora da Graça; Don Ventura Terragosa, Comandante do Quartel da Vergada. O exército espanhol tinha um efectivo de cerca de 14 000 homens de infantaria e 5 000 de cavalaria e numerosa artilharia.

3.3.2. *Equipamento*

A Praça de Elvas, apesar do cerco de Badajoz, à muito que se preparava para esta Batalha, porque como afirma Paulo Duarte (2005), na entrevista



Fig. 5 - Forte da N.ª Da Graça — Fotografia da pág. da internet dos monumentos de Elvas. www.esvanoamonumentos.pt

que nos concedeu ³, “o Governador da Praça, era um homem com uma extrema experiência militar e como tal, sabia que a Praça mais cedo ou mais tarde seria alvo de um ataque por parte do exército castelhana. Praça, de grande importância para Castela”. Desta forma, aquando do cerco de Olivença e da sua redenção, grande parte da população desta Praça

dirigiu-se para Elvas, assim como a população que se situava nos arredores de Elvas. Logo aumentou a taxa populacional dentro da cidade e ao mesmo tempo a mão-de-obra e o número de defensores. O Governador fez, também, com que entrassem na Praça cerca de 2 000 cabeças de gado e munições. Por outro lado, elaborou um plano de observação e aumentou os efectivos nas zonas ou pontos mais vulneráveis e mais importantes da Praça. Colocou ainda as peças de artilharia nas posições de onde pudesse tirar maior partido, em auxílio do assalto às linhas inimigas. Para além disso, a Praça vinha sendo preparada com fortificações e de fortes baluartes defensivos. Outro ponto extremamente importante era a Praça de Estremoz, que servia de base de apoio logístico, para em qualquer momento poder auxiliar no teatro de operações em Elvas.

³ Entrevista concedida em 131045Set05.

3.3.3. Armamento

Ao longo do século XVII, as grandes descobertas em termos de armamento foram sobretudo no aparecimento dos canos estriados, embora com reduzida difusão. O seu modo de funcionamento evoluiu nos sistemas de carregamento pela boca e na platina de fecho de sílex.

As armas típicas, os arcabuzes e espingardas de mecha, vão sendo progressivamente substituídas pelas armas de sílex.

As consequências técnicas revelaram-se sobretudo ao nível da simplicidade do fabrico, permitindo uma difusão cada vez maior das armas de fogo, assim como o aumento da precisão das armas de cano estriado.

A nível tático as implicações verificam-se sobretudo ao nível da capacidade de fazer fogo, passando a desempenhar um papel preponderante na decisão das batalhas, embora com um alcance útil pouco superior a cem metros. Todos estes avanços no armamento foram consequências da evolução que se deu no decurso da Guerra dos Trinta Anos, Guerra da Holanda e a Guerra da Liga de Augsburg. Portugal acompanhou esta evolução do armamento, empenhando-se nela ao máximo⁴.

No que respeita ao armamento utilizado na Batalha das Linhas de Elvas, foi praticamente o utilizado em toda a Campanha da Restauração, para uma melhor compreensão vou dividi-lo em armas ofensivas e defensivas.

3.3.3.1. Armas Ofensivas

As armas ofensivas mais utilizadas foram as seguintes: o Arcabuz - arma de fogo curta e de cano largo, sendo o seu alcance útil 120 metros, mas para o seu fogo ter um efeito prático, geralmente só se fazia a 20 ou 30 metros do inimigo. A carga do arcabuz era incendiada por meio de uma mecha que se colocava na serpentina; o Polvarinho - recipiente para transporte da pólvora; o Mosquete - arma de fogo cujo comprimento oscilava entre 1, 25 e 1,44 metros, pesando



Fig. 6 - Peça Panela —
Fotografia cedida pelo Museu
Militar de Lisboa, "Sala da
Restauração".

⁴ Informação cedida pelo Museu Militar de Lisboa.

cerca de 7 kg., e tendo um calibre que oscilava entre os 19 e os 20 milímetros. O alcance variava entre os 200 e os 300 metros, aproximadamente; a Forquinha - servia para apoiar o mosquete, quando se fazia fogo, tinha um fiador de couro com uma borla; a Panela - invenção portuguesa da época da Restauração, que tinha uma culatra alargada, donde o nome de peça panela, com vista aumentar a quantidade de pólvora, visando aumentar proporcionalmente o alcance do projectil; o Morteiro - arma utilizada para realizar tiro curvo muito acentuado, era utilizado fundamentalmente em cercos; o Esmeril - boca de fogo ligeira portuguesa do século XVII. Utilizada pelo exército de socorro; o Esmerilhão - boca de fogo atribuída à infantaria e destinada sobretudo às fortificações.

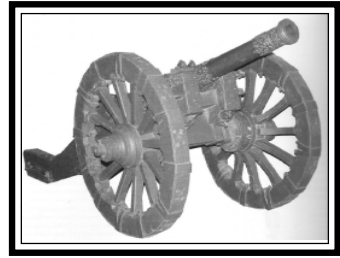


Fig. 7 - Esmeril — Fotografia cedida pelo Museu Militar de Lisboa, "Sala da Armas Restauração".

3.3.3.2. *Armas Defensivas*

Quanto ao armamento defensivo que foi utilizado destaca-se sobretudo: a Coura - peça utilizada para proteger a parte do tronco do homem, é feita de couro de vaca; o Morrião - armadura para a cabeça, de forma cónica, com crista e aba levantada nos dois extremos; Chapéus de ferro - Armadura em forma de capacete, utilizado para proteger a nuca; o Espaldar - parte da couraça que protege as costas; o Escarcela - constituídas por duas ou três peças de ferro articuladas que se fixavam na parte debaixo do peito para defesa das pernas (coxas).



Fig. 8 - Arma Defensiva, Espaldar — Museu Militar de Elvas, "Sala de Armas" to Museu "Forte de Santa Lúzia".

Fig. 9 - Arma Defensiva, Morrião — Museu Militar de Elvas, "Sala de Armas" to Museu "Forte de Santa Lúzia".



4. CONSEQUÊNCIAS DA BATALHA A NÍVEL NACIONAL E INTERNACIONAL

Segundo Carlos Selvagem (1931, p. 29) “as grandes vantagens dessa indiscutível vitória portuguesa foram, porém, somente de ordem moral. Militarmente, nenhum fruto se pode tirar da vitória, porque a grande massa do exército vencedor era de milicianos, que, apenas finda a acção, recolheram às suas comarcas, dispensando-se como o exército vencido; e portanto, como não se pode progredir na ofensiva, nenhuma exigência se podia fazer ao gabinete de Madrid. A agravar estes embaraços, sobreveio a demissão do Conde de Cantanhede de General do Alentejo, movida pelas intrigas e invejas dos fidalgos mais importantes da corte.

O comando do principal teatro de operações foi, dado ao conde de Atouguia, que continuou com energia a pequena guerra em que se consumiu no Alentejo todo o resto do ano. No Minho, Monção, ao fim de quatro meses de heróica resistência, acabou por se render, seguindo-se Salvatierra de Galiza e o forte da Portela de Vez, toda a província ficou, até ao Porto, à mercê do inimigo. Um exército de socorro ao Minho se improvisou com tropas do Alentejo, que todavia não chegaram a entrar em combate, porque, exausta pela derrota das linhas de Elvas, a Espanha propôs uma suspensão de armas em toda a fronteira.

Ficava assim demonstrada a quase impossibilidade de a Espanha recuperar Portugal pela força das armas; mas não menos se demonstrava que, semelhantemente ao que sucedera a D. João I, apesar das vitórias de Nuno Álvares, Portugal não podia impor à Espanha uma paz vitoriosa”.

Apesar de em termos militares a Batalha não ter um impacto tão grande, do ponto de vista político, como moral e social teve um grande relevo, tanto no campo nacional como internacional. No Campo internacional, porque permitiu a Portugal demonstrar a Castela e aos outros reinos da Europa, que tinha capacidade de resposta militar, para fazer face a um exército que se aventurasse a invadir Portugal. Por outro lado, esta vitória permitiu a que os diplomatas portugueses tivessem credibilidade junto das cortes de outros reinos, dos quais se destacam Inglaterra, França, Holanda e Suécia. Conseguindo, assim, os diplomatas afirmarem, junto destes, a Independência Nacional. Pois, interessava a estes reinos que Portugal fosse independente, porque enfraquecia o poder dos Habsburgos espanhóis.

No campo nacional ou interno, a batalha teve ainda maior peso, porque a bravura, a coragem, o ímpeto e a capacidade de resposta demonstrado pelos portugueses, nas Linhas de Elvas, foram enaltecidos em todo o reino, aumentando assim, a

moral de todo o povo lusitano na lógica de preservação, a todo custo, mesmo com o sacrifício da própria vida, do trilho traçado a 1 de Dezembro de 1640. Podemos corroborar, que o reino, e o exército, conseguiram como afirma Paulo Duarte (2003, p. 37), “salvaguardar a peça mais importante da sua linha de defesa, a porta de Portugal, como alguém lhe chamou um dia, ao baluarte de Elvas”.

5. IMPORTÂNCIA DA BATALHA DAS LINHAS DE ELVAS PARA A INDEPENDÊNCIA NACIONAL

Elvas, como já foi referido anteriormente era uma praça muito forte para o reino de Portugal, assim como, Badajoz para a Espanha. Impedia, a entrada em Portugal de tropas estrangeiras e porque até Lisboa, não existia nenhuma praça que oferecesse tão boas condições de defesa, devido ao terreno, às fortificações e aos apoios logísticos que recebia de outras praças.

Desta forma, a vitória das Linhas de Elvas permitiu a Portugal salvaguardar o grande “tesouro” da coroa portuguesa em terras Alentejanas.

A contribuição da Batalha centra-se sobretudo em dois grandes pontos contribuintes para a independência nacional: em primeiro lugar, a vontade de um povo em ser livre, combatendo com ímpeto, determinação, coragem e de demonstrar a todo reino que apesar das adversidades por que a praça passou, foi possível vencer o cerco, obrigando os espanhóis a recuarem.

Em segundo lugar, foi provar não só a Castela, como a todos os reinos da Europa, que Portugal estava determinado a todo o custo a afirmar o trilho que tinha traçado a 1 de Dezembro de 1640. Provando que não era uma causa perdida mas sim ganha, que tinha chefes e comandantes capazes, com experiência militar e inteligência, para combater no teatro de operações que fosse necessário. Salvaguardando a nossa identidade nacional, os nossos costumes, a nossa língua, a nossa dinastia e os nossos Símbolos Nacionais (Rei, Coroa e Bandeira).

Esta vitória foi uma lição para o reino e para o mundo e ainda hoje, pode ter alguma aplicação. Aplicação esta, centrada na vontade do povo de 1659.

Nos dias de hoje, o país atravessa dificuldades em vários sectores: na economia, a nível social, militar (nomeadamente no equipamento e em meios humanos); contudo é possível continuar a lutar e vencer. Porque a dificuldade faz a força de um povo, de uma nação, de um Estado. Portugal tem necessidades a muitos níveis, mas nunca pode esquecer que tem que manter independente cerca de 91 495 Km, que é a dimensão do país e fazer valer a sua história, o sangue

derramado pelos homens que nesta e em todas as batalhas em que o povo português foi mobilizado para os diferentes teatros de operações. A sua identidade os seus costumes, são a alma da pátria e são necessários salvaguardar, nem que isso implique, que o país tenha que se empenhar num grande esforço de guerra. Estes princípios estão patentes no N.º 1 do artigo 276 da Constituição da República Portuguesa ⁵, o qual passamos a citar:

“1. A defesa da Pátria é direito fundamental de todos os portugueses”.

6. CONCLUSÕES

No que respeita ao primeiro capítulo, cujo o tema é as origens da batalha, as Linhas de Elvas, desenrolaram-se devido à perda da soberania do Reino de Portugal. Portugal encontrou-se sob o domínio filipino ao longo de sessenta anos. Durante esse tempo o povo pagava impostos extremamente altos. Existindo dificuldades em todos os sectores da sociedade e do reino. Gerou-se um sentimento de revolta a nível nacional contra a monarquia espanhola, culpando toda a governação das graves dificuldades de que o reino atravessava.

Na manhã de 1 de Dezembro de 1640, o Duque de Bragança é aclamado pelo povo e por grande parte da nobreza, Rei de Portugal, como D. João IV. Iniciando-se assim, a chamada campanha da Restauração da Independência Nacional.

O segundo capítulo, que caracteriza O conflito “Batalha das Linhas de Elvas”, demonstra que Elvas era uma Praça de extrema importância para o reino. Elvas tinha tanto valor para Portugal como Badajoz tinha para Castela.

Cerca de meados de Outubro de 1658, D. Luiz de Haro coloca cerco à Praça de Elvas. D. António Luís de Menezes, é nomeado Governador de Armas do Alentejo, partindo para Estremoz para comandar o exército de socorro, para combater o invasor, em 20 de Novembro de 1658. O governador teve a sorte de poder contar com um ilustre oficial, com uma larga inteligência e experiência militar o General André de Albuquerque de Ribafria.

O exército luso atacou com toda a sua energia, sobre uma frente única, pelo lado dos Murtaes, plano defendido por Diogo Gomes de Figueiredo.

A 14 de Janeiro de 1659, sob um forte nevoeiro, o exército luso atacou o exército inimigo, apanhando-o desprevenido, exausto e desorganizado, o que levou assim, a uma ilustre vitória.

⁵ CANOTILHO, J.J. Gomes (2002) (6ª edição revista) *Constituição da República Portuguesa, Lei do Tribunal Constitucional*, Coimbra, Coimbra Editora.

A perda desta batalha provocou inúmeras baixas no exército castelhano, nomeadamente a nível logístico (pessoal, equipamento e armamento). Sobretudo devido à falta de experiência de D. Luiz de Haro, que se terá limitado, apenas, a dar ordens em todo o conflito.

Para o exército luso as baixas foram bem menores, perdendo-se a vida de um dos mais ilustres Generais da época, André de Albuquerque de Ribafria, que sempre comandou, dando o exemplo.

No terceiro capítulo que se intitula as consequências da batalha a nível nacional e internacional, podemos afirmar, que no plano interno, as grandes vantagens desta indiscutível vitória portuguesa foram, sobretudo de ordem moral.

No plano internacional, permitiu a Portugal demonstrar a Castela e aos reinos Europeus, que tinha capacidade militar, para fazer face a um exército que se aventurasse a invadir Portugal. Por outro lado, ajudou a acreditar os nossos diplomatas junto dos embaixadores europeus, cujo o objectivo principal era apoiarem a causa portuguesa.

No quinto e último capítulo, a importância das Linhas de Elvas para a Independência Nacional, centrou-se sobretudo em dois planos: em primeiro lugar, a vontade de um povo em ser livre, combatendo com ímpeto, determinação, coragem e de demonstrar a todo reino que apesar das adversidades por que a praça passou, foi possível "furar" o cerco, obrigando os espanhóis a retirarem. Em segundo lugar, foi provar não só a Castela, como a todos os reinos da Europa, que Portugal estava determinado a todo o custo a afirmar o caminho que tinha traçado a 1 de Dezembro de 1640.

Pode a mensagem defendida do povo luso da época ser sempre aplicada nos dias de hoje. Segundo o N.º 1 do artigo 276 da Constituição da República Portuguesa (J.J. Gomes Canotilho, 2002), o qual reiteramos: “1. A defesa da Pátria é direito fundamental de todos os portugueses”.

Nunca esquecendo que: o dever de qualquer cidadão português, é e sempre será amar a pátria mãe, acima de tudo e de todos!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA**, Fortunato (1926), Volume 7, *História de Portugal*, Imprensa da universidade, Coimbra, Portugal.
- ALMEIDA**, Fortunato (1927), Volume 9, *História de Portugal*, Imprensa da universidade, Coimbra, Portugal.
- ANAIS DA ACADEMIA PORTUGUESA DE HISTÓRIA** (1954), *André de Albuquerque de Ribafria*, 1º Série, Vol. XII, Lisboa, Portugal.
- BORGES**, Tenente-Coronel João Vieira (2004), *50 de Patronos da Escola do Exército e da Academia Militar 1953-2003*, Gráfica 2000, Lisboa, Portugal.
- CANOTILHO**, J.J. Gomes (2002), (2ª edição), *Constituição da República Portuguesa, Lei do Tribunal Constitucional*, Coimbra Editora, Coimbra, Portugal.
- CÉSAR**, Vitoriano José (1935), *Batalha das Linhas de Elvas*, Tipografia Progresso, Elvas, Portugal.
- CLONARD**, Conde de (1853), *História Orgânica de las Armas de Infantaria y Cabellaria, desde la creación del ejercito permanente hasta el dia*, Livro II, Tomo IV, Madrid.
- CONDE**, de Ericeira (1697), *História do Portugal Restaurado*, Lisboa, Portugal.
- CORTÉS**, Fernando Cortés (1990), *Guerra e Pressão Militar na Fronteira, 1640-1668*, Lisboa, Portugal.
- CRESPINO**, Marques (1941), *O Alentejo na Fundação da Restauração*, Tipografia de Estremoz, Estremoz, Portugal.
- CRUZ**, António (1940), *Portugal Restaurado*, Livraria Civilização, Porto, Portugal.
- DUARTE**, António Paulo David (2003) *Linhas de Elvas, Prova de Força*, Tribuna, Lisboa, Portugal.
- LAVADINHO**, Domingos (1931), *O Forte da Graça, Esboço de uma Memória, História e Descrição*, Elvas, Portugal.

- MARINHO**, Alberto de Oliveira (1991) *A Gloriosa Batalha das Linhas de Elvas*, Câmara Municipal de Elvas, Elvas, Portugal.
- MARQUES**, A. H. de Oliveira (1973) (2ª edição) *História de Portugal*, Palas Editores, Lisboa, Portugal.
- MARTINS**, A. H. de Oliveira (1978), *História Militar*.
- MARTINS**, Rocha (1940), *Grandes Vultos da Restauração de Portugal*, Lisboa, Portugal.
- MOREIRA**, Neiva (1998) *Guia do Mundo*, Trinova, Lisboa, Portugal
- MORGADO**, Amílcar (1993), *Praça de Guerra, Arquitectura Militar de Elvas*, Tipografia Progresso, Elvas, Portugal..
- SALDANHA**, Manoel de Saldanha (1657), *Ilustre Governador de Armas de Olivença*, Câmara Municipal de Olivença, Elvas, Portugal.
- SELVAGEM**, Carlos (1931) *Portugal Militar*, Imprensa Nacional, Lisboa, Portugal.
- SERRÃO**, Joaquim Veríssimo (1980), *A Restauração e Monarquia Absoluta*, Lisboa, Portugal.
- VALE**, João (1951), *Linhas de Elvas, Estremoz, Portugal*.
- VIEIRA**, General Belchior Vieira (2002) *Liderança Militar, Academia Militar, Estado-Maior do Exército*, Edições Atena Lisboa, Portugal.